

**A REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO APORTE METODOLÓGICO DE
ANÁLISE DO TERRITÓRIO CEARENSE***

**LA REESTRUCTURACIÓN SOCIOESPACIAL COMO APORTE METODOLÓGICO DE
ANÁLISIS DEL TERRITORIO CEARENSE**

**LA RÉORGANISATION SPATIALE COMME MÉTHODOLOGIE D'ANALYSE DU
TERRITOIRE D'ÉTAT DU CEARÁ**

Tereza Sandra Loiola VASCONCELOS

Mestre e Licenciada em Geografia pela UECE

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE

Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP

terezaegageo@yahoo.com.br

Luiz CRUZ LIMA

Professor emérito da UECE

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP

l.cruzlima@uol.com.br

Resumo: O texto analisa e discute os conceitos de Formação e Reestruturação Socioespacial, abordando-os como aportes metodológicos importantes para se compreender a (re)produção do espaço geográfico, tendo como recorte espacial os vales dos rios Acaraú e Jaguaribe, no estado do Ceará. Essas reflexões foram fomentadas pelas fontes documentais e bibliográficas concernentes à produção do espaço geográfico cearense, constituindo os principais procedimentos metodológicos utilizados no presente artigo. Assim, fundamentais foram as leituras das obras de historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, filósofos e, sobretudo, geógrafos, com os quais se inspirou esse trabalho, na medida em que se percebeu a necessidade de um olhar geográfico do tempo no espaço. Para o entendimento da atual formação do espaço geográfico cearense foi primordial compreender as transformações do território, ou seja, as reestruturações socioespaciais, estabelecendo a periodização, em cada momento histórico, dos agentes sociais envolvidos, meios e modos de produção, das relações estabelecidas no trabalho, além das inovações nos transportes e nas atividades econômicas, alterando a configuração socioespacial.

Palavras-chave: Formação Socioespacial. Reestruturação Socioespacial. Periodização. Modernização. Território Cearense.

Resumen: El artículo analiza y discute los conceptos de Formación y Reestructuración Socioespacial, pensando los como aportes metodológicos importantes para comprenderse la (re)producción del espacio geográfico, teniendo en cuenta los vales de los ríos Acaraú y Jaguaribe, en el Estado de Ceará, como recortes espaciales. Esas reflexiones fueran hechas por las fuentes documentales y bibliográficas sobre la producción del espacio geográfico cearense, constituyendo los principales procedimientos metodológicos utilizados en el presente estudio. Así, fundamentales fueran las lecturas de las obras de historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, filósofos y, sobre todo, geógrafos, con los cuales se inspiró ese trabajo, en la medida en que se percibió la necesidad de un mirar geográfico del tiempo en el espacio. Para el

* Artigo decorrente da pesquisa: Reestruturação Socioespacial do Ceará, realizada entre os anos de 2008 a 2010, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, compondo as reflexões apresentadas na dissertação de mestrado intitulada: “Reestruturação Socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú”, defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, sob orientação do prof. Dr. Luiz Cruz Lima.

entendimiento de la formación contemporánea del espacio geográfico cearense fue esencial pensar las transformaciones del territorio, es decir las reestructuraciones socioespaciales, estableciendo la periodización, en cada momento histórico, de los agentes sociales envueltos, medios y modos de producciones, de las relaciones fundadas en el trabajo, además de las innovaciones en los transportes y en las actividades económicas, cambiando la configuración socioespacial.

Palabras-claves: Formación Socioespacial. Reestructuración Socioespacial. Periodización. Modernización. Territorio Cearense.

Résumé:Le texte analyse et discute les concepts de formation et la réorganisation spatiale, en les abordant comme supports méthodologiques importants pour que se comprennent la reproduction de l'espace géographique, en ayant comme il ait coupé spatiale les vallées des fleuves Acaraú et Jaguaribe, dans l'État du Ceará. Ces réflexions ont été fomentées les sources documentaires et bibliographiques concernantes la production de l'espace géographique du Ceará, en constituant les principaux procedures méthodologiques utilisés dans présent article. Ainsi, fondamentaux ont été les lectures réalisées des oeuvres d'historiens, d'économistes, de sociologues, d'anthropologues, de philosophes et, surtout, géographes, avec lesquels s'est inspiré ce travail, dans la mesure où s'est perçue la nécessité d'un regard géographique du temps dans l'espace. Pour entendre l'actuelle formation de l'espace géographique du Ceará ce a été primordial de comprendre les transformations du territoire, c'est-à-dire, les réorganisations spatiaux, en établissant à la nécessité de la périodisation, au chaque moment historique, des agents sociaux impliqués, des demi et manières de production, des relations établies dans le travail, outre les innovations dans les transports et dans les activités économiques, en modifiant la configuration sociale e spatiale.

Mots-clé: Formation Spatiale. Réorganisation Spatiale. Périodisation. Modernisation. Territoire d'État du Ceará.

1. Introdução

[...] entende-se o espaço atual como herança de gerações passadas, com toda sua carga de formas e valores imateriais. Aclara-se, desse modo, o sentido de reestruturação socioespacial como renovação, com inserção de novos componentes que dêem sentidos a um modo de produção e consumo que viabilize a vida coletiva (LIMA, 2008).

A modernização dos processos produtivos atingiu o Ceará, de modo mais intenso, a partir da década de 1990, com a forte presença do Estado em apoio às iniciativas privadas. Isso se torna evidente desde meados dos anos de 1980, com a redefinição do quadro político local, entrando em consonância com o que definiram as ordens internacionais.

Nesse percurso de intensas mudanças, percebe-se o Estado como principal agente de reorganização, com sua história de intervenções. Com influências externas diretas, como forças impositivas, criam-se as condições necessárias para melhor enquadramento do território nas atividades econômicas, mediante grandes fixos instalados: infraestruturas de reservatórios hídricos, expansão de redes hidrelétricas, instalação de parques eólicos, revitalização e/ou a construção de estradas, equipamentos portuários, adequação de ferrovias, dentre outros.

O irrequieto plano de mudanças almejava criar meios adequados para dinamizar algumas áreas viáveis a se integrarem ao fluxo de mercado nacional e internacional. Os vales fluviais de maior potencial - baixo curso dos rios Acaraú e Jaguaribe - assinalavam esse *mister*.

Inicialmente, os caminhos desses rios foram utilizados pela pecuária e charqueadas. Com a atividade algodoeira, em consórcio com o gado, esses espaços são chamados a se integrarem ao contexto internacional, motivado pela Revolução Industrial e pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos.

Com base no algodão, nas plumas descaroçadas, emerge o processo inicial da indústria têxtil local, aproximando-se de outras indústrias que surgiram no século XX, denotando um novo sistema técnico com outras relações sociais e políticas, o que influenciaria o período industrial, com o espaço se preparando para o luzir da modernização.

Sob os auspícios da tecnologia, alicerçados pela força propulsora da iniciativa privada e com o auxílio dos representantes do poder público, na era do neoliberalismo, gradativamente se erigem as condições para o estado do Ceará se integrar à linearidade do espaço global, com novos meios de comunicação e de informação, transparecendo o que Milton Santos denomina de meio técnico-científico-informacional. É com esse panorama que o espaço cearense é chamado a compor um campo de atração para os investimentos de atividades modernas, como os serviços, turismo e agronegócio, do mesmo modo que o espaço geográfico influencia nas relações sociais. É dessa forma que se apresenta a realidade estudada, embebida de desigualdades socioespaciais inerentes a esse processo.

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir os conceitos de formação e reestruturação socioespacial, abordando-os como aportes metodológicos importantes para se compreender a (re)produção do espaço geográfico cearense, tendo como recorte espacial os vales dos rios Acaraú e Jaguaribe.

Como o espaço é “considerado um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetizando, de um lado, a evolução da sociedade e explicando de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p. 22), o presente nos motivou a procurar na história o entendimento dessas alterações, da seletividade dos espaços e da identidade dos lugares, identificando os agentes sociais envolvidos e os possíveis conflitos, inerentes a esse processo.

Para tanto, as fontes documentais e bibliográficas concernentes à produção do espaço geográfico cearense constituem os principais procedimentos metodológicos utilizados no presente artigo. Assim, fundamentais foram as leituras realizadas das obras de historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, filósofos e, sobretudo, geógrafos, com os quais se inspirou esse trabalho, na medida em que se percebeu a necessidade de um olhar geográfico do tempo no espaço. Com essa concepção, o geógrafo David Harvey (2009, p. 39), ao estudar o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, chega à conclusão que “as tendências de crise do capitalismo se ampliam e aprofundam-se cada vez mais. O geógrafo perspicaz detecta de imediato a dimensão especificamente espacial e geográfica desse argumento”.

No âmbito desse contexto, a discussão que versa o presente trabalho parte do constante “vir-a-ser”, da busca incessante pela modernização, traduzida pela necessidade de inserir o território cearense nas transações mercadológicas, alicerçadas pelas políticas estatais que se desenrolavam no concerto nacional.

Nesse movimento, com alternâncias em declínios e apogeus, vem à tona a característica peculiar do modo de produção capitalista: reerguer-se contando com o imprescindível auxílio do Estado.

Adiante, discerne-se o espaço geográfico no âmbito da produção, circulação, consumo, lutas, vivências, símbolos e sonhos (CORRÊA, 2002), esboçando os traços materiais e imateriais na formação socioespacial cearense, com o pressuposto de considerar o espaço, sobretudo, como “um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial” (LEFÈBVRE, 2008, p. 44).

2. A reestruturação socioespacial no percurso da geografia do Ceará

A evolução diferencial que marca as sociedades traz consigo características temporais específicas, expressas pela produção (i)material e pelas próprias relações sociais. Essas dinâmicas acontecem no espaço e estas são influenciadas por ele mesmo, o que corresponde às palavras de Lefèbvre (1986, p. VI):

[...]. Si l'espace (social) intervient dans le mode de production, à la fois effet, cause et raison, il change avec ce mode de production! Facile à comprendre: il change avec <<les sociétés>>, si l'on veut s'exprimer ainsi. Donc il y a une histoire de l'espace. (Comme du temps, comme des corps, comme de la sexualité, etc.). Histoire encore à écrire.

As diferenciações entre os espaços sociais produzidos constituem o que Santos (1980) denomina como formação socioespacial¹ de cada subespaço do Estado-Nação, formado pelo tripé: espaço, história e especificidades, com base no que Marx (1968, p. 204) compreende:

[...] o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Assim, para que se estabeleça a diferenciação entre uma sociedade e outra, é necessário o conhecimento dos meios de produção (técnicas) e do modo de produção, mediados pelo trabalho,

¹ Segundo Santos (1980, p. 192) “é através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma *ordem espacial* de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio, particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela.”

interferindo nas relações sociais, materializando-se. Essa ideia é esclarecida por Moreira (2007, p. 65), ao nos dizer que

[...] a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações que existem de forma necessariamente articulada: a) o conjunto das interações homem-meio; e b) as interações homem-homem. Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo.

Ainda conforme esse autor, a formação de cada sociedade, isto é, de cada formação econômico-social, tem sua estrutura formada pelo atravessamento de três níveis de relações (instâncias): a infraestrutura (instância econômica) e duas superestruturas (as instâncias jurídico-política e cultural-ideológica). Essa análise contribui para explicar a particularidade de cada espaço, as normatizações de cada território e a identidade de cada grupo social.

Com os estudos das reestruturações socioespaciais que produziram a presente formação social² nos é possível apreender as formas de organização das sociedades nos diferentes tempos da história e evidenciar o atual espaço concretizado.

Para tanto, a periodização situa-se como um esforço metodológico analítico necessário para melhor assentimento da dinâmica do tempo no espaço, porquanto

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no tempo e no espaço. Tempo e Espaço conhecem um movimento que é ao mesmo tempo contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos (SANTOS, 2008a, p. 42).

É essa acumulação de tempos no território cearense, como uma evolução histórica, de arranjos e rearranjos, que se empreende as abordagens de formação e reestruturação socioespacial.

Com efeito, o índio contribuiu para a formação socioespacial do Ceará, pois todas as atividades econômicas e culturais que se desenvolveram inicialmente recorreram ao indígena como sábio conhecedor das terras e das técnicas do “Siará Grande”. Essa aproximação não se sucedeu de forma apaziguadora. Os conflitos, especialmente pela terra, foram iminentes, como evidenciam as palavras de Leite (2002, p. 29): “O desenvolvimento da pecuária no sertão acirra a luta entre invasores e indígenas, sendo estes subdivididos, pelos primeiros, em *mansos* ou *caboclos* (falantes da língua geral que tinham lutado ao lado dos portugueses) e índios *bravos* ou *tapuias*, resistentes à dominação”.

² Santos (1980, p. 201) diz que, “essa categoria concerne à evolução diferencial das sociedades – em seu próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor. Acima de tudo, a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar [...]”.

Desse modo, a formação socioespacial do Ceará está moldada e alicerçada, de acordo com as ideias de Pinheiro (2008), na “terra batida”, na divisão e no uso do espaço fundiário para a pecuária e a agricultura, presentes na gênese da formação da vida social. Dos quatro últimos séculos decorrem a violência, a desigualdade e um Estado empenhado com os interesses dos proprietários de terra, estabelecendo relações conflituosas, autoritárias e subservientes.

Com o tropel da pecuária, os criadores expulsavam os habitantes autóctones e impunham a produção de um novo espaço. Consolidou-se a primeira destacada atividade econômica sertaneja, às margens de importantes rios cearenses (Jaguaribe e Acaraú), responsável por transformações sociais, políticas e territoriais, influenciando no povoamento e na colonização da grande extensão semiárida. Era a *primeira reestruturação socioespacial* no correr do século XVIII (LIMA, 2008).

A expansão da Revolução Industrial Inglesa (séculos XVIII e XIX) e a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, no período compreendido entre 1861 e 1865, contribuíram para que o algodão, produto típico do clima semiárido, se unisse à pecuária extensiva, compondo a base para a organização econômica e espacial do sertão cearense, atendendo ao mercado externo e caracterizando o que a história denominou de binômio gado-algodão. Além dos caminhos palmilhados pelo gado, implantava-se a agricultura comercial para atender a demanda internacional, contribuindo para edificar uma nova cultura, com novas formas de produzir: a cotonicultura. Anunciava-se, nos sertões semiáridos, a *segunda reestruturação socioespacial do Ceará* (LIMA, 2008).

As características climáticas e pedológicas do sertão favoreceram o embranquecimento das capoeiras com os algodoads, o que reduziria a atenção voltada à pecuária, então já debilitada com as condições ambientais da seca e a competição de outros centros criatórios. Aliados aos aspectos de ordem natural, os fatores políticos e os interesses exógenos foram incisivos, reestruturando a economia espacial sertaneja, marcando profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra, mediante o sistema formado pelo tripé gado/algodão/agricultura de sequeiro.

A estrutura fundiária no sertão cearense fora marcada por forte concentração de terras que perdura até a atualidade, nascendo com as sesmarias, sistema de distribuição de terras destinadas à produção que, desde então, privilegiou os representantes do Estado da época, ou quem a eles estivesse ligado.

Com a economia do algodão, brotavam as primeiras atividades industriais, iniciadas com o descaroçamento e com pequenos teares, embriões de uma fase da economia que se estruturava. Ressalta-se o interesse dos ingleses, detentores das inovações técnicas, em ativar a produtividade do descaroçamento, o que impulsionou a importação de suas máquinas industriais. As habilidades manuais do homem local contribuíram para o desenvolvimento das primeiras fábricas de pano de algodão. Essa realidade traria outras relações sociais e de produção e, doravante, uma

reconfiguração do espaço cearense. Estavam postas as linhas mestras da *terceira reestruturação socioespacial do Ceará* (LIMA, 2008).

O momento atual é expressão da *quarta reestruturação*, iniciada com a entrada de inovações organizacionais de empresas externas, com a força do capital internacional, induzindo a modernização atual, sejam com atividades turísticas, indústrias com aportes técnicos e científicos, além da instalação dos aparatos dos serviços modernos. Configura-se um espaço denso de tecnologia e, ao mesmo passo, repleto de desigualdades sociais (LIMA, 2008).

Para o entendimento da atualidade, considera-se como recorte temporal a década de 1990, caracterizada por Lima (2009) como “um marco significativo na implementação de investimentos públicos no Ceará, configurando-se como uma fase de intensa modernização do território cearense”.

Na concepção de Moreira (2007), em uma escala mais ampla, há três momentos de reestruturação no espaço, demarcado pelos seguintes recortes temporais: o período fabril da primeira Revolução Industrial, a segunda Revolução Industrial e a cibernética da terceira Revolução Industrial.

Ainda com vista à periodização, Mandel (1985, p. 82) detalha as transformações socioespaciais oriundas de revoluções tecnológicas.

As revoluções fundamentais na tecnologia energética - a tecnologia da produção de máquinas - aparecem como o momento determinante nas revoluções da tecnologia como um todo. A produção mecânica de motores a vapor desde 1848; a produção mecânica de motores elétricos e a combustão desde os anos 90 do século XIX; a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da que utiliza energia atômica desde os anos 40 do século XX - tais foram as três revoluções gerais na tecnologia engendradas pelo modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial “original”, da segunda metade do século XVIII.

Essa reestruturação tem como fio condutor a busca incessante pela modernização que conduz consigo elementos inerentes, conforme analisa Berman (1992, p. 13):

[...] um conjunto de experiências. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

As rupturas entre uma reestruturação e outra foram motivadas, especialmente, pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista e as grandes transformações que a técnica e a ciência propiciaram. A cada revolução, nascida de um período de crises, o espaço se modifica, porque um dos principais agentes de sua reorganização, o Estado, cria mecanismos para favorecer a fluidez da tecnologia nascida no seio do sistema capitalista, que acaba por influenciar os demais agentes desse processo: firmas e sociedade (SANTOS, 1985). A crise é um prenúncio de um

período, em especial quando entram em uso novos instrumentos produtivos e reorganiza-se o trabalho nas empresas, sempre tendo em vista a maior produtividade, impondo-se maior dinâmica ao trabalho e à vida da sociedade.

No entendimento das crises, Rangel (1982, p. 21), compreendendo as ondas de Kondratieff, considera duas fases: a do apogeu (A) e do declínio (B), em que a técnica, sob o comando da produção internacional, representa

A certa altura, em seguida a um período de intensa renovação do capital fixo, passam a preponderar as forças propendentes para a preservação dos capitais recém-criados, e a capacidade instalada encontra os limites do mercado. Reduz-se o ritmo dos investimentos e, conseqüentemente, estreita-se o mercado, com efeito de tornaviagem sobre o montante dos investimentos. A técnica novíssima tende a ficar sem aplicação e a economia mergulha num cone de sombra.

A leitura da reestruturação do território cearense, esboçada sobre as ondas de Kondratieff, compreende as fases do gado, algodão, indústrias e as atividades que contam com as atuais inovações tecnológicas, a exemplo da agricultura irrigada, demonstrando os eventos nacionais e internacionais, responsáveis pelas crises (B) e como o capital se reergue (A), materializando-se no surgimento de novos sistemas técnicos e agentes no território, demarcando, nesse ínterim, as duas grandes revoluções industriais, marcos importantes nesse processo (*figura 1*).

A pecuária, durante muito tempo, foi considerada atividade secundária à cultura da cana-de-açúcar, representando alimento ou meio de transporte a esses centros. Com a proibição formulada pela Corte Portuguesa de que o gado se distanciasse do litoral, espaço reservado ao cultivo da cana-de-açúcar, é dinamizada a ocupação do semiárido cearense, por meio da pecuária. Associadas a esse fator, as grandes distâncias percorridas pelo gado até as feiras pernambucanas e baianas, fazendo com que as reses emagrecessem e perdessem o seu valor econômico, foram as grandes motivações para o surgimento das oficinas de charques (pontos de salga e comércio da carne) mais próximas aos trapiches para a exportação, assunto retomado adiante.

Com o fim da Guerra da Secessão e o retorno dos Estados Unidos à comercialização do algodão, a conseqüente crise no Brasil, em decorrência do excesso do produto, estava anunciada. A estratégia de reerguimento do capital foi aproveitar o algodão excedente para as indústrias de descaroçamento, óleos vegetais e, principalmente, das incipientes indústrias têxteis. A emergência da indústria, as intervenções do poder público e a nova divisão do trabalho contribuíram para a reestruturação socioespacial, nesse período.

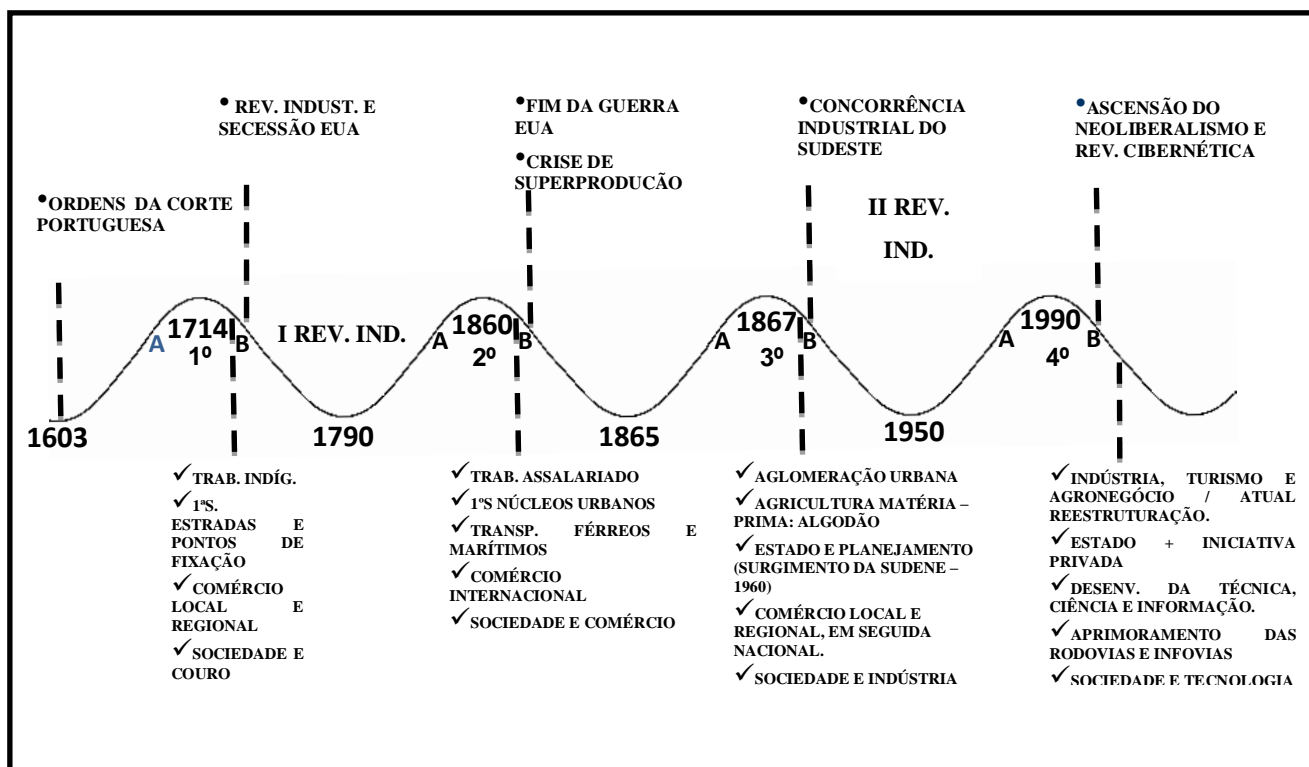


FIGURA 1: Ascensões e crises nas Reestruturações Socioespaciais do Ceará

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2010), por meio das leituras de Mandel (1985), Rangel (1982), Girão (1995,1996), Girão (2000), Silva (1995), Amora (1995), Lima (2006,2008).

Na segunda metade do século XX, as intervenções governamentais, a inserção do planejamento e a entrada da produção local, com mais amplitude, no capitalismo concorrencial exigiram estratégias das empresas e do governo, com repercussões no espaço geográfico. Ademais, após a II Revolução Industrial e a II Guerra Mundial, o desenvolvimento da técnica, ciência e informação, com o aprimoramento das rodovias e infovias e, especialmente, com a intensiva ligação do Estado com a iniciativa privada, proporcionou o desenvolvimento da indústria, bem como do turismo e do agronegócio cearense. Essa aceleração do sistema produtivo beneficiou o apogeu do capitalismo em detrimento de parcela significativa da sociedade cearense. A Teoria Geográfica ensina que essas crises criam as condições para uma maior racionalidade do espaço geográfico, a favor da acumulação do capital, com “trágicas consequências humanas”, como reforça Harvey (2006, p. 47):

[...] um custo social, provocando trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem, facilmente, escapar do controle, e gerar a luta de classes, os movimentos revolucionários e o caos.

Percebe-se que, a cada crise, o modo de produção capitalista cria táticas para se fortalecer, especialmente na divisão e apropriação do trabalho, nos sistemas de transportes, auxiliando no fluxo de pessoas e mercadorias, nas novas formas no e do espaço geográfico. Isto porque o “sistema capitalista é muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2006, p. 43).

Soja (1993, p. 37) nos fala que é a modernização responsável pelo contínuo

[...] processo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço- tempo- ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção.

A reestruturação de que fala o autor se faz com a modernização em diferentes momentos históricos. A história destaca não haver uma modernização e sim várias, decorrentes, em especial, das inovações pensadas e criadas pelo associativo técnica e ciência, em cada espaço-tempo.

Essa mesma concepção é esclarecida por Santos (2008b, p. 31), ao dizer que

[...] cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.

Conforme Santos (2001, p. 64), as décadas do final da II Guerra Mundial marcam uma fase do modo de produção capitalista denominada de Era de Ouro ou os “trintas anos gloriosos”.

Com a ordem capitalista instalada, em décadas recentes, as distâncias são reduzidas e os espaços locais se inserem nas transformações globais, aproximando cada vez mais o local do global, ou seja, o Ceará do restante do mundo. Esse momento foi propiciado pelas inovações e difusões tecnológicas, em que a técnica e a ciência ganham um componente: a informação, acelerando a velocidade da circulação das ideias, mercadorias e do dinheiro, quase que instantaneamente. Essa realidade vem intensificando o consumo e redefinindo o espaço, agora podendo denominar-se meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008b).

Esse é um dos aspectos que reforça o fato de o espaço cada vez mais receber fluxos e influenciar a reestruturação, com as inovações da técnica, com a desenfreada busca por acumular capital e satisfazer o consumismo. É isso que revela a crise global do sistema produtivo, com mudanças nas relações de trabalho, influenciando a sociedade na reconstrução do espaço. Para Santos (1980, p. 93), “o estado de crise não é normalmente um testemunho de fraqueza. A crise é a prova do desajustamento do velho que deseja manter-se em face do novo que busca substituí-lo”.

As exigências emanadas por esses objetos emergentes impõem modificarem-se os territórios e é nesse âmbito que surgem as estratégias estatais para amalgamar e, ao mesmo tempo, intermediar as aspirações do capital e do social, identificado por meio das políticas públicas e observado nas seguintes reestruturações socioespaciais.

2.1 Os caminhos percorridos pelo gado no Ceará

As trilhas do gado estão fortemente relacionadas à história de ocupação do Ceará, enquanto os canaviais se alastravam pela larga faixa litorânea oriental do Nordeste, exultando suas riquezas naturais e econômicas. O gado, até então atividade secundária e auxiliar da cana-de-açúcar, delineava traços típicos no sertão semiárido do território cearense, o que nos faz compreender a existência de uma formação socioespacial específica – “civilização do couro” - capaz de tecer características e agentes particulares, assim como foram os vaqueiros e a aristocracia rural durante o século XVIII (FREYRE, 1961; MENEZES, 1995).

Inicialmente, com a prática do criatório, depois com a mobilidade do pastoreio e, em seguida, com os pontos de fixação das charqueadas (oficinas/fábricas rudimentares para a salga da carne bovina), os caminhos iam sendo arquitetados e desvendados, formando o “Siará Grande”.

Relata a historiografia cearense que as primeiras reses de gado foram trazidas por Martim Soares Moreno, considerado fundador da capitania do “Siará”. Ainda naquele período, século XVII, a criação bovina não se constituía prática comercial, era apenas criatória (GIRÃO, 1995).

Essa atividade, ao menos em sua etapa inicial, na concepção de Furtado (2007, p. 97), “era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa. A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação do açúcar”.

Somente no século XVIII, o gado *vacum*, espécie introduzida, logo se expandira. As ideias políticas da Metrópole portuguesa e as atividades econômicas do período entusiasmavam a pecuária, reestruturando o território cearense, alterando os costumes das comunidades indígenas, “que por submissão ou aniquilamento moral, foram pouco a pouco integradas no trabalho pastoril” (GIRÃO, 1995, p. 31).

O pastoreio proporcionava meio de transporte e força de tração, além de fornecer alimentos ao seu maior mercado consumidor - os engenhos -, haja vista que durante muito tempo todos os olhares estavam concentrados no açúcar que tomava grandes extensões do litoral, à proporção que o gado adentrava o sertão, por medidas formuladas pela Coroa Portuguesa (FURTADO, 2007).

A necessidade de reduzida mão de obra e o próprio animal transportar-se nas longas caminhadas estimularam a expansão da pecuária nos sertões nordestinos, como salienta Girão (1995, p. 31):

Os próprios fatores contrários – as secas e os índios rebeldes – não puderam impedir o desenvolvimento da pecuária, apesar dos métodos rudimentares de sua implantação. Os currais localizados às margens dos rios e adjacências, facilitavam a aquisição de água corrente ou de poços (cacimbas), garantindo os períodos de estiagem. A abundância e variedade de pastagens forrageiras produzidas nos períodos chuvosos, nas imensas áreas inexploradas, assim como a salinidade do solo, garantiram a subsistência de um rebanho relativamente numeroso; composto, em sua maioria, de uma raça bovina resistente, adaptada, através de mutações sucessivas, às condições ambientais da região.

Nos caminhos percorridos pelo gado, com seus vaqueiros e tangerinos³, os rios representavam o ponto de encontro e irradiação nas correntes exploratórias do Ceará, eternizadas por Capistrano de Abreu (1967) como *sertões de dentro*, aquelas dominadas pelos baianos, e *sertão de fora*, guiadas pelos pernambucanos.

Esses rios possuem grande importância na história de ocupação cearense, não somente por serem opções às vicissitudes climáticas e hídricas do sertão, mas por comporem o traçado político, econômico e cultural da região.

O vale do rio Jaguaribe representa uma linha de ocupação, pelos colonizadores provenientes de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com a intenção de ocupar sesmarias. Concomitantemente, seguia-se a ocupação às margens do Acaraú, segundo maior rio em extensão do Ceará, com largas várzeas no baixo curso, com os colonizadores e seus gados vindos de colônias vizinhas, a exemplo do Piauí e do Maranhão. Os comentários de Magalhães (1970, p. 95-96) ressaltam esse itinerário:

Os pontos de eleição da entrada pela costa marítima foram as fozes dos vários rios que aí depõem o tributo de suas águas, notadamente o Jaguaribe e o Acaraú. Impede frisar, porém, que a entrada triunfal se operou sobretudo pelo acesso da porta folgada e liberal da barra do Jaguaribe.

Com efeito, as comunidades indígenas foram intensamente atingidas e as reações não tardaram a suceder. A “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida no século XVII em grande parte na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, especialmente no vale jaguaribano, testemunha a resistência dos povos locais à colonização e à perda de suas terras.

A força militar e política do “homem branco”, entretanto, e a mobilidade propiciada pelo gado fizeram com que os índios sobreviventes fossem obrigados a se adaptarem à atividade, com a

³ O nome provém da expressão “tanger o gado”. Eram sertanejos ocupados em auxiliar os vaqueiros no transporte e cuidados com o gado.

instalação de inúmeras fazendas, nessas várzeas como registra Nascimento (2006, p. 226): “as fazendas tiveram como ponto de apoio as ribeiras, aproveitadas com o suprimento d’água, e, quando secavam, os leitos fluviais serviam de caminhos”. Durante o século XVIII, as ribeiras do Acaraú e do Jaguaribe serviam de aporte às oficinas de charque que se proliferavam com essas aglomerações formadas nos caminhos percorridos pelos vaqueiros e por seus rebanhos.

As fazendas surgidas na ribeira do Acaraú deram origem posteriormente a importantes vilas, enraizando no sertão semiárido o traçado do latifúndio, herança fundiária das sesmarias. Dados de Girão (2000, p. 154), fundamentados em documentos da época, reafirmam o exposto:

O capitão Félix da Cunha Linhares, morador na ribeira do Acaraú, no testamento que deixou, feito em notas do tabelião Francisco Cardoso Pereira e datado do sítio Muritiapuá em 7 de setembro de 1723, declarava-se dono de seis fazendas, nas quais havia mais de 8.000 cabeças de bovinos, 150 éguas e 50 cavalos.

Simbolizavam a unidade econômica e social, assim como eram as casas grandes nos canaviais, porém com algumas diferenças, visto que não possuíam os requintes próprios das zonas açucareiras. As relações econômicas eram amonetárias, enquanto a unidade social se dava com extremos patriarcalismo e compadrio, estando a cultura bastante arraigada com os preceitos do catolicismo, confirmada por Girão (1995, p.32), referindo-se ao vale do Jaguaribe: “Em 1788 possuía a ribeira do Jaguaribe número de currais suficiente para que fosse exigido dos sesmeiros uma contribuição da igreja, da hoje cidade de Russas”.

A dinamização das fazendas consolida a formação socioespacial cearense de que fala Pinheiro (2008), estruturada na propriedade privada da terra, nos índigenas e nos pobres livres.

Os vaqueiros permeiam essas três categorias da sociedade da época. Pela tradição, e por herança, os filhos dos fazendeiros tornavam-se homens do campo auxiliados por outros trabalhadores da fazenda. Os vaqueiros ainda eram formados por índios e/ou pobres livres, que, posteriormente, com a prática da quarteação, poderiam se tornar proprietários de terras, multiplicando seus gados, suas forças de trabalho e suas terras. Conforme Furtado (2007, p. 98), a prática da quarteação consistia na seguinte atividade:

Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado. [...], o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria.

Desse modo, era o gado o ponto central da riqueza da Colônia e os vaqueiros possuíam papel de destaque nesse contexto, como nos assegura Girão (1995, p. 35), ao dizer que “o vaqueiro

foi sempre um indivíduo merecedor de respeito, em razão da superioridade que lhe conferia o conhecimento da terra, do gado, dos métodos de criação e a responsabilidade direta da fazenda”.

Atualmente, a cultura do couro ainda é lembrada, como a festividade anual que agrega inúmeros vaqueiros, no segundo maior centro religioso do Ceará (*figura 2*).

As feiras de Pernambuco e da Bahia eram os principais destinos dos vaqueiros, onde era comercializado o “gado em pé”, provindo de lugares diferentes do Nordeste. Mercadoria rentável, de valor agregado, o gado oferecia transporte, meio de trabalho, além da carne bovina e do couro, produtos largamente comercializados entre as aglomerações populacionais que se concentravam, principalmente, nas áreas de engenho e de mineração.

As longas distâncias percorridas pelos rebanhos faziam com que as reses chegassem bastante debilitadas às feiras. Para evitar esse desgaste do gado, os criadores de fazendas mais próximas do litoral instalaram abatedores, produzindo a carne seca, também conhecida como “carne do sol” ou “carne do Ceará”. A produção era comercializada para outras capitâneas, por via marítima. Além da carne, o couro se tornou um produto típico desses abatedores ou “oficinas”.



Figura 2: Missa do vaqueiro em Canindé, Ceará (2009).

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com>

Desta vez, a “matéria-prima abundante, os ventos constantes e a baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época” (BRAGA *apud* GIRÃO, 1995, p. 72), formavam um mercado competitivo às capitâneas mais bem estruturadas ou ainda àquelas localizadas próximas às conhecidas feiras de Olinda e Igarçu, em Pernambuco, e no Recôncavo Baiano.

O surgimento e o desenvolvimento das oficinas ou charqueadas, como eram conhecidas, demarcam a redução do deslocamento das boiadas para as feiras destacadas e o despontar dos

primeiros pontos de fixação, com o gado estabulado. Inicialmente, no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, em seguida elevada à categoria de vila de Santa Cruz do Aracati, expandindo-se ao restante da capitania do Ceará, época esta anterior a 1740 (GIRÃO, 2000).

Essas oficinas eram fábricas rudimentares utilizadas no preparo da salga da carne e do couro bovino. Localizadas no litoral, favoreceram o surgimento dos primeiros núcleos demográficos, com maior interpenetração entre o litoral e o sertão e inserção dos indígenas aldeados sob controle do Governo Colonial.

A dinâmica ainda estava centrada na pecuária, embora o comércio local se expandisse externamente com o fluxo das “sumacas”⁴ nos modestos portos cearenses, localizados nas embocaduras dos rios Jaguaribe e Acaraú, extasiando a economia cearense e criando traços típicos da aristocracia rural. No traçado das charqueadas, Aracati e Icó, no rio Jaguaribe; Acaraú e Sobral, no vale do Acaraú, se destacam.

À Aracati, antiga São José do Porto das Barcas, foi logrado o título de “pulmão da economia colonial da capitania”⁵ e à Sobral de “Princesa do Norte”⁶, dados os requintes dessas vilas ante a capitania do “Siará”.

No rio Acaraú, o “rio das garças”, as charqueadas foram mais significativas no médio e baixo curso. Inicialmente, no povoado conhecido como Barra do Acaracú, posteriormente denominado Oficinas e, finalmente, Vila de Acaraú, a atividade logrou êxito - como demonstrou a sua toponímia antiga - influenciando no povoamento de Granja, Camocim e Sobral. Assim, foi se dando a ocupação do Ceará, que finca bases de fixação com as charqueadas.

O pastoreio ainda permanecia na capitania do Rio Grande do Norte, visando o abate e tração para o trabalho, principalmente as capitanias de Pernambuco e Paraíba, durante o período colonial. Não tardou, para as margens do Açu e de Mossoró, iniciar-se o ciclo das charqueadas aderidas pela capitania rio-grandense, que dispunha das condições favoráveis semelhantes ao Ceará.

Nesse período, a crise no abastecimento em Pernambuco era iminente, haja vista a grande concentração de demandas nos núcleos urbanos, onde se intensificavam o comércio do produto das charqueadas. As zonas canavieiras já não mais contavam com a produção do Ceará. Assim, as autoridades de Pernambuco, como centro de domínio político do Nordeste, proibiram a exportação da carne seca e do couro nos portos de Açu e Mossoró, o que favoreceu os portos cearenses.

⁴ As sumacas eram embarcações responsáveis pelo deslocamento, por via marítima, das reses de carne seca bovina (GIRÃO, 1996).

⁵ Segundo Girão (1996, p. 77), “A riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da Capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural de Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação”.

⁶ “Os barcos que levavam os produtos pastoris voltavam trazendo as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros, entre eles materiais de construção; o que contribuiu para o aformoseamento da Vila de Sobral” (GIRÃO, 1996, p. 79).

Essa resolução política tomada para fomentar o “estômago de Pernambuco” (BRAGA *apud* GIRÃO, 1995), por um lado, prejudicava a capitania do Rio Grande do Norte, por outro, favorecia a capitania do Ceará, passando esta a suprir as necessidades do mercado pernambucano, representando o porto de Pernambuco como passagem obrigatória para todas as embarcações.

No Ceará, essas fábricas rudimentares para a salga da carne bovina e o preparo do couro foram de importância significativa. Não apenas por adensarem a economia colonial, mas também por desenharem alguns sistemas de engenharia⁷, presentes nos objetos geográficos e na sociedade, formando as rugosidades⁸, não considerando apenas os traços materiais, mas também as representações imateriais, como, por exemplo, as relações de poder e as festas dos vaqueiros, assim retratadas pelas palavras de Girão (1996, p.84):

O conjunto arquitetônico de Aracati e Sobral é também a amostra de sua importância no período colonial. Entre as obras de maior destaque, encontram-se as Igrejas, as Casas das Câmaras e as residências dos senhores donos de Oficinas e comerciantes; exemplo típico dos prédios de dois pavimentos ou ainda, uma arquitetura pesada, feia aparência, mas realmente segura, pois suas muralhas são levantadas com cerca de dois metros de espessura, no caso a cadeia de Sobral.

As “veias” do Ceará (alusão aos tributários dos rios cearenses) iam sendo conhecidas e exploradas, num processo de interiorização pela pecuária, ficando às porções úmidas do estado, como o litoral, Cariri e a Ibiapaba, até os dias atuais, o resguardo da cultura da cana-de-açúcar.

Congregando tais “veias” está a bacia hidrográfica do rio Acaraú. De acordo com Nascimento (2006), esta é constituída pelos Municípios de Groaíras, Cariré, Pacujá, Graça, Reriutaba, Varjota, Mucambo, Santa Quitéria, Catunda, Hidrolândia, Pires Ferreira, Nova Russas, Ararendá, Canindé, São Benedito, Ibiapina, Ipueriras, Ipu, Monsenhor Tabosa e Tamboril; Santana do Acaraú, Meruoca, Alcantâras, Massapê, Sobral e Forquilha; Acaraú, Cruz, Bela Cruz, Marco e Morrinhos, localizando-se respectivamente, entre o alto, médio e baixo cursos do rio.

As porções do estado referentes ao médio e baixo curso do rio Acaraú destacaram-se pelo êxito das charqueadas, especialmente durante o século XVIII. Referida atividade econômica entrou em crise em face do incremento da cultura do algodão, no final do século XVIII, visando ao comércio exterior e ao forte concorrente – a capitania do Rio Grande do Sul - que obtivera conhecimento da arte da carne do charque por intermédio do cearense José Pinto Martins, que para lá emigrou (GIRÃO, 1995).

⁷ Para Santos (2008b, p. 88), “[...] sistema de engenharia se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para trabalho e por ele”.

⁸ Segundo Santos (1980, p. 212), as rugosidades do espaço “são estabelecimentos humanos definidos por uma combinação local de variáveis da qual cobram sua originalidade. Dentre essas variáveis algumas resultam de fluxos atuais, outras promanam de fluxos antigos, já transformados no próprio lugar. [...]”

Os registros da história do Ceará apontam que os últimos redutos de oficinas de charque cearenses datam do último decênio do século XVIII (1790), enquanto no restante do semiárido nordestino a atividade permaneceu até 1827 (GIRÃO, 1996).

Somente décadas depois desponta o algodão, mesmo com a presença do gado, no que ficou conhecido como o binômio gado-algodão. No contexto cearense, a economia algodoeira sobrepõe-se à da pecuária, configurando a **segunda reestruturação socioespacial**, identificada como as molas mestras da história política e econômica do século XIX.

2.2 O “ouro branco”: a fase áurea do algodão

O algodão sempre fora cultivado pelos indígenas, como produto de seu próprio consumo, sem interesse de acumulação ou de capitalização, pois viviam num sistema de “comunismo primitivo” (ENGELS, 2007). Somente mais tarde, quando se difundiu por maior extensão territorial, o algodão foi incorporado pela prática da comercialização.

Com características peculiares que logo o fizeram se expandir no sertão cearense permaneceu durante longo período em parceria com o gado, até sobrepujar-se à atividade pecuarista. Naquele momento, era o gado que transportava os fardos de algodão até o litoral, para o seu embarque nos portos cearenses.

Cultura agrícola de fácil adaptação ao clima semiárido, não necessitava de vasta mão de obra e constituía vantajosa atividade, visto que praticamente tudo do algodão era aproveitável. A semente, por exemplo, era utilizada como ração para o gado e a pluma transformada, na fase artesanal, em fios e tecidos para escravos e camadas mais pobres.

Girão (2000) relata que só foi a partir de 1777 que no Ceará se cogitou o algodão como produto comerciável. Segundo esse historiador,

[...] naquele ano, transportara-se com o seu negócio de Lisboa para Fortaleza, onde se estabeleceu, o português Antônio José Moreira Gomes. Devido ao seu tino comercial e aos seus corajosos esforços que o famoso arbusto veio constituir-se, ao lado do boi, a mais substancial fonte econômica da Capitania (GIRÃO, 2000, p.p 213-214).

A serra de Uruburetama teria sido o primeiro ponto escolhido onde se desenvolveu essa prática agrícola. Surgiriam daí as rudimentares fábricas de descaroçamento do algodão e de óleos vegetais. Já nesse período, inicia-se a gradativa exportação cearense, pois Lisboa, por exemplo, era mercado consumidor, influenciando na expansão do algodão na serra de Uruburetama, na antiga “vila” de Fortaleza, nas várzeas do Jaguaribe e Acaraú e, depois, nas serras de Baturité, Meruoca, Pereiro e Aratanha.

Como citado anteriormente, dois acontecimentos internacionais alavancaram essa atividade agrícola e a economia cearense: a Revolução Industrial Inglesa e a Guerra da Secessão nos Estados Unidos.

Naquele momento, cabia aos Estados Unidos suprir a necessidade de matéria-prima da Inglaterra, que intensificava a sua produção, conforme nos esclarece Furtado (2007, p.p. 155-156):

[...] a Revolução Industrial, no último quartel do século XVIII e na primeira metade do século XIX, consistiu basicamente em profunda transformação da indústria têxtil. [...] A primeira fase da Revolução Industrial apresenta na verdade, duas características básicas: a mecanização dos processos manufatureiros da indústria têxtil e a substituição nessa indústria da lã pelo algodão, matéria-prima cuja produção se podia expandir mais facilmente. Se à Inglaterra coube a tarefa de introduzir os processos de mecanização, foram os EUA que se incubiram da segunda: fornecer as quantidades imensas de algodão que permitiram, em alguns decênios, transformar a fisionomia da oferta de tecidos em todo o mundo.

Com a Guerra da Secessão advieram os desajustes ocasionados no abastecimento de algodão à Inglaterra, passando o Brasil ser um importante fornecedor dessa matéria-prima, representando o Ceará uma das vias de escoamento da produção, de acordo com as análises de Furtado (2007, p. 194): “Nos anos 1860, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela guerra civil nos EUA, a produção de algodão se intensifica, e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade”.

Sobre esse fato, importantes são os relatos de Girão (2000, p.p. 232-233), correlacionando a fase “áurea” do algodão, como uma “febre da ambição”:

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si rumas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.

No Ceará, a saída do produto se dava pelos portos de Aracati, Fortaleza (Mucuripe), Acaracu (antiga denominação de Acaraú) e Camocim, portos autorizados a embarcar o algodão em direção à Pernambuco, visto ser essa a passagem obrigatória, antes de qualquer percurso.

Logo aportaram no Estado do Ceará as primeiras máquinas descaroçadoras, por volta dos anos de 1850, enviadas pelo Governo Imperial. Não tardou e novas especializações surgiram e, assim, naquele mesmo período, foi introduzido no Ceará o algodão herbáceo, representando modificações na estrutura produtiva, nas relações de trabalho e no espaço geográfico.

As grandes transformações socioespaciais foram percebidas com os resultados econômicos da lucrativa atividade. A exigência de trabalhadores mais aperfeiçoados, além do trabalho

assalariado, corresponde a uma dessas alterações, contribuindo para dinamizar os primeiros núcleos urbanos no estado cearense.

A existência de um mercado consumidor formado por esses grupos de assalariados que iam se formando favorecia a instalação de inúmeras casas comerciais. Enquanto isso, os proprietários das terras produtoras de algodão empregavam seus lucros na edificação de casas, levantando-se arraiais, transformados depois em povoações (GIRÃO, 2000).

É desse período a estrada de ferro que liga Sobral a Camocim, com destino, principalmente, ao porto desta última cidade, efervescendo o comércio e o transporte, dando a feição dos primeiros núcleos urbanos⁹. Também se integra a esse momento o rejuvenescer da cidade de Fortaleza, demarcando o território de centro administrativo da Capitania.

O retorno dos Estados Unidos ao mercado consumidor inglês, por volta de 1865, anunciava o declínio dos anos de glória do “ouro branco” cearense, com a diminuição progressiva das exportações e dos preços¹⁰.

Mesmo diante desses fatos, durante o século XIX e início do século XX, perdurou a importância do algodão, originando, inclusive, o Serviço Estadual do Algodão, com estações experimentais em Quixadá, Maranguape, Russas (Jaguaribe) e em Três Lagoas (vale do Acaraú), de acordo com as informações de Girão (2000).

A crise do excedente agrícola motivou, como relatado, o surgimento de fábricas de beneficiamento do algodão, como as de descaroçamento e de produtos oleaginosos. Logo depois, emergia a produção da cera, aproveitando-se dos carnaubais nos grandes vales fluviais, abrindo caminhos à política de inserção do Ceará nas relações nacionais e internacionais fundamentadas na industrialização.

Tanto como produto agrícola, como matéria-prima básica para a indústria, a atividade algodoeira contribui para reestruturar o território cearense, tendo papel importante na Geografia do Ceará, marcando a **terceira reestruturação socioespacial**.

2.3 A indústria do Ceará nos rastros da agricultura

⁹ Sobral, localizada na margem esquerda do rio Acaraú, anteriormente “Fazenda Caiçara”, representativa das “estradas das boiadas”, passa a representar as vias férreas.

¹⁰ “O ricaço de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, [...]. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência, que durou tão pouco! [...]” (História da Seca do Ceará *apud* GIRÃO, 2000).

A sobrecarga da produção agrícola do Nordeste foi incisiva no surgimento das primeiras fábricas de tecidos no Brasil, em meados do século XIX, concentrando-se inicialmente na Bahia, vindo a se expandir ao restante do Nordeste e Sudeste (ANDRADE, 1981).

Segundo dados do referido autor, das nove fábricas têxteis existentes no Brasil, em 1867, seis localizavam-se no Nordeste brasileiro, distribuídas entre a Bahia e Alagoas, enquanto no Sudeste (Rio de Janeiro e Minas Gerais), em virtude da atenção maior dessa porção do País à atividade cafeeira, encontravam-se três fábricas.

No Estado do Ceará, durante o século XIX, a atividade industrial relacionada à agricultura aumentava gradativamente, representando à indústria têxtil a alternativa para a utilização do algodão.

As capitais dos estados nordestinos foram os primeiros lugares selecionados para a instalação das indústrias. No Ceará, a produção algodoeira convergia para Fortaleza, com o intuito de ser beneficiada na Fábrica de Tecidos Progresso, instalada em 1884 (SILVA, 1995).

Posteriormente, de acordo com Amora (1995, p. 124) as indústrias de maior vulto que surgiram em Fortaleza “[...] no período que vai da instalação da Fábrica Progresso até 1930, estavam voltadas para um maior aproveitamento do algodão, como a Siqueira Gurgel, fundada em 1925, e a Philomeno S/A Indústria e Comércio instalada em 1926”.

Apesar desse impulso industrial no Nordeste, na metade do século passado, a elevada concentração de capitais no Sudeste refreia esse crescimento. Isso se reforça com a substituição de importação, como enfatiza Andrade (1981, p. 35):

A indústria têxtil conheceu grande desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX e foi altamente beneficiada pelas duas grandes guerras mundiais, que interromperam a importação de tecidos dos mercados europeu e norte-americano. Ocorreu, porém, que o crescimento industrial do Sudeste estimulou, sobretudo após 1930, o crescimento da cultura de algodão em São Paulo e no Paraná, que, melhor equipados que o parque nordestino, passaram a competir com este último no mercado nacional, oferecendo melhores condições de qualidade do produto e de preços, fato que provocou a grande crise dos anos 1950 nesse setor industrial da região.

A atividade agrícola, inicialmente com o algodão, especializa a indústria cearense. Na década de 1940, surge e consolida-se o beneficiamento da carnaúba (*Copernicia prunifera*), de amplas utilizações, planta esta nativa dos solos dominantes nos vales fluviais do Acaraú e do Jaguaribe, que viria minorar os efeitos da crise vivenciada pela indústria têxtil na década de 1950. Na segunda metade do século XX, o mercado de consumo interno propicia a proliferação de pequenas unidades fabris, sobretudo de gêneros alimentícios (AMORA, 1995).

O surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), cria caminhos para que a partir da década de 1960,

uma nova fase da industrialização seja inserida no território, alterando a dinâmica territorial de cidades cearenses como Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato, com a instalação de inúmeras indústrias subsidiadas nos artigos 34/18 e regulamentadas pelo Fundo de Investimento no Nordeste - FINOR, lei de incentivos fiscais que garantia isenção de imposto sobre a renda das empresas nacionais e estrangeiras que viessem a se instalarem no Nordeste.

Esses são centros escolhidos para concentrar as indústrias, como previa o projeto da SUDENE, com base na teoria dos Pólos de Desenvolvimento, de François Perroux. Essa política perdura até meados da última década do século XX, quando o quadro da política nacional agrega as exigências que o modelo do capitalismo requeria, fortalecendo-se a tese do controle do mercado e a redução do Estado no desenvolvimento planejado. É um novo momento da construção do projeto de sociedade e do espaço geográfico cearense.

Altera-se a configuração territorial, que ganha novas feições. A partir da década de 1980, sob os auspícios das políticas neoliberais, dinamizam-se as atividades econômicas no Estado do Ceará, com a forte parceria: público e privado, políticas estatais e empresas, corporificadas nas práticas industriais, turísticas e agrícolas, apoiados por serviços mais sofisticados com uso das tecnologias de informações e comunicações, especialmente após os anos de 1990. No atual modelo de modernização estandardizado pela globalização e tomado como prioritários pelos governos do Estado do Ceará, afeioa-se, então, a **quarta e atual reestruturação socioespacial do Ceará**.

2.4 Os perímetros públicos irrigados nos vales fluviais: a atual modernização na agricultura e sua contribuição no reestruturar socioespacial do Ceará

Associado e subsidiado pelo projeto nacional das duas últimas décadas do século XX, o poder local do Ceará arvora-se como definidor de um planejamento capaz de modernizar as atividades econômicas, por meio das inovações técnicas e organizacionais nos serviços, nas indústrias e no agronegócio.

Para o setor primário, prioriza-se a agricultura empresarial, com a aplicação de recursos sofisticados nos projetos de irrigação, secundarizando o apoio à agricultura de sequeiro, utilizada pela maior parcela de agricultores do semiárido, passando a funcionar nesse modelo agrícola os perímetros irrigados.

Os primeiros perímetros públicos de irrigação no Ceará surgem na década de 1970, resultantes de inúmeras políticas voltadas à agricultura. São construídos em um momento de centralização política, emoldurado por crises e tensões sociais, mas, primordialmente, por uma necessidade de resposta a um processo que vinha se desenrolando: a constante modernização, na busca de inserir os mercados brasileiros, em especial do Nordeste, na roda das relações capitalistas.

No Ceará, as ações do Estado e de suas políticas sempre foram bastantes presentes e podem ser visualizadas nos 14 projetos de irrigação, abastecidos por açudes pertencentes às 11 bacias hidrográficas cearenses. Segundo Sampaio (2005), com esse perfil, o Ceará passou a ser considerado o estado com maior número de reservatórios e projetos de irrigação, contrastando com o restante do Nordeste, que possui 38 perímetros irrigados do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

Esses fixos geográficos foram construídos dentro dos princípios estabelecidos pelo Plano Nacional de Irrigação (PNI), regido pela lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1979, com o objetivo do “aproveitamento racional de recursos de água e solos para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada” (Art. 1º, 1979, p. 3).

Verificando os documentos desse Plano de Irrigação, vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), percebe-se o incentivo à entrada das agroindústrias nos perímetros irrigados, já na década de 1970¹¹, conservando a apropriação da terra às classes detentoras de capital. Carvalho (1988, p. 362) corrobora essas ideias, ao acentuar que

A modernização da agricultura, que a Lei de Irrigação possibilita, tende muito mais para a linha conservadora do que para a reformista. Uma de suas particularidades mais notáveis, que bem expressa a força conservadora das classes responsáveis por sua aprovação, tem a ver com a definição das formas de acesso às terras irrigáveis da região, destinadas tanto aos produtores sem terra (os colonos), como aos empresários agrícolas e agroindustriais, interessados no desenvolvimento da agricultura irrigada (ou nos incentivos que o Estado propicia em função desta).

Na realidade, essa política pública propiciou amplas mudanças no campo, originando “oásis” encravados no sertão cearense, nas considerações de Bursztyn (1984) e Diniz (1997; 2002). Entende Diniz (2002) que a subordinação direta dos agricultores familiares camponeses ao Estado e ao capital financeiro corresponde a uma dessas alterações no campo. A análise mais minuciosa da conjuntura política e das novas relações surgidas constata, assim como fez Bursztyn, que o “oásis” não passava de “miragem” para os colonos.

Nos anos seguintes, com novos interesses acoplados às inovações tecnológicas e organizacionais, impõe-se um modelo de irrigação direcionado aos mercados externos. No Ceará essas alterações no espaço geográfico são apoiadas por grupos empresariais detentores de poder político, fase marcada pela ascensão de empresários ao governo em 1986, que consolidaram a

¹¹Conforme o artigo 11 do PNI, “o poder executivo concederá financiamento ou estabelecerá linhas de incentivos aos projetos de irrigação que vierem a ser executados por iniciativa de empresas privadas, cooperativas e produtores rurais isolados, desde que os respectivos projetos tenham sido aprovados pelo Ministério do Interior” (1979, p. 7).

entrada definitiva de investimentos maciços de capital externo, atrelando o desenvolvimento cearense às transformações globais.

Naquela ocasião, o Brasil acatou a política do neoliberalismo em expansão no mundo. Reflexo disso são os perímetros irrigados construídos após esse período, os quais seguem esse panorama, moldados no modelo de desenvolvimento projetado para o Estado, como se refere Elias (2002, p. 19),

[...] até a década de 1970, o conjunto da agropecuária permaneceu quase inalterado. Mas, a partir de então, vislumbra-se a ocupação de novas fronteiras pela agropecuária globalizada e pontos específicos desta região passam a merecer a atenção das empresas hegemônicas do setor, que promovem grandes investimentos na área, dinamizando a agricultura comercial.

Surgem, então, os perímetros irrigados Baixo Acaraú, Araras Norte – no rio Acaraú – e Tabuleiro de Russas, à margem do rio Jaguaribe. Segundo reportagem publicada em jornal local (*O Povo*, 03/ 09/2008), esses projetos nascem como uma proposta de transferir a gestão do “modelo paternalista do passado” para a iniciativa privada, atraindo os olhares do agronegócio para a fértil relação de 14 projetos irrigados no estado do Ceará. Na atualidade, desses destacam-se os perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi, Tabuleiro de Russas, Araras Norte e Baixo Acaraú, no acatamento dos objetivos dos negócios internacionais (*quadro 1*).

QUADRO 1: Perímetros públicos de irrigação no Ceará.

RIO JAGUARIBE			
Perímetro Irrigado	Localização	Início - administração	Produção
Morada Nova	Morada Nova e Limoeiro do Norte	1968 – 1970	arroz, feijão, banana, acerola, coco, graviola e capim de corte.
Icó – Lima Campos	Iço	1969 – 1973	arroz, feijão, milho, banana, coco, graviola, manga e capim de corte.
Iracema	Iracema	1971 – 1973	feijão vigna, milho/espiga e algodão herbáceo.
Quixabinha	Mauriti	1971 – 1972	banana, coco, uva, milho, feijão, algodão herbáceo, capim de corte e fumo.
Várzea do Boi	Tauá	1973 – 1975	banana, milho/espiga e algodão herbáceo.
Jaguaruana	Jaguaruana	1975 – 1977	arroz, feijão, milho, tomate, banana, coco, goiaba, mamão, manga, maracujá, uva, algodão herbáceo, sorgo e capim de corte.
Jaguaribe – Apodi *	Limoeiro do Norte e Quixeré	1987 – 1989	banana, milho verde, melão, mamão, goiaba, ata, melancia, pimentão, graviola, algodão

			herbáceo, feijão vigna, sorgo e capim de corte.
Tabuleiro de Russas	Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova	1992 - 2004	abacaxi, banana, goiaba, maracujá, mamão, melão, melancia, feijão e milho.
RIO ACARAÚ			
Forquilha	Forquilha	1974 - 1977	banana, graviola, goiaba, feijão vigna, milho/espiga, coco, mandioca, pimenta e capim de corte.
Ayres de Souza	Sobral	1974 – 1977	arroz, feijão vigna, melancia, algodão herbáceo e milho verde
Araras Norte	Varjota, Reriutaba e Cariré	1987 – 1998	coco, banana, mamão, goiaba, graviola, maracujá, caju, uva.
Baixo Acaraú	Marco, Bela Cruz e Acaraú	1983 - 2001	abacaxi, banana, goiaba, maracujá, mamão, melão, melancia, feijão e milho.
RIO CURU			
Curu – Paraipaba	Paraipaba	1974 – 1975	coco, cana-de-açúcar, citros e acerola.
Curu – Pentecoste	Pentecoste e São Luiz do Curu	1974 – 1975	banana, coco, mamão e feijão vigna.

Fonte: DNOCS, adaptado por Vasconcelos (2009). * O Perímetro Irrigado Jaguaribe – Apodi, embora não tenha surgido visando à agricultura empresarial, nos anos seguintes, incorpora esse modelo agrícola, com o propósito de atender o agronegócio.

A irrigação, entretanto, não é recente nos vales fluviais do Acaraú e Jaguaribe. A utilização de cata-ventos marcou a prática irrigada dos agricultores acarauenses e jaguaribanos, durante o século XIX, como registra Araújo (1971, p. 184), ao tratar do “rio das garças” (rio Acaraú) e sua relação com a agricultura irrigada voltada ao algodão:

No que se refere ao beneficiamento do algodão, desde a segunda metade do século XIX existiram, aqui, aparelhos rudimentares, movidos a Cata-ventos de lona ou pano – de - algodão, com prensas de madeira, para o enfardamento da lã. As firmas Raimundo Ferreira Sales, João Batista da Silveira e Miguel Gonçalves Ferreira exploraram, nesta cidade, essa indústria, ao passo que o sr. Bento Moura Ferreira instalou, para o mesmo fim, uma Bolandeira, puxada a boi, em sua fazenda “Bom Futuro”. E, posteriormente, o sr. Fernando Pereira Brandão montou, em sua fazenda “Taperinha”, uma delas, acionada a motor.

Outro registro histórico nos é dado por Girão (2000, p. 389) sobre a atividade irrigada no vale jaguaribano:

É assunto cediço a descrição das propriedades industriais e até medicinais da carnaúba. Muito apreciados são os moinhos de vento (cata-ventos) feitos todos da madeira da carnaúba, exceto as engrenagens, tão comuns e úteis no baixo Jaguaribe, transformando os aluviões secos em ricos pomares à sua custa.

Essa era a fase em que o homem se associava com seu trabalho direto, contando com o auxílio de técnicas locais, às forças naturais. Esse sistema de engenharia respondia primordialmente às necessidades do lugar. Quando exitosas essas criações dos pequenos produtores são absorvidas pelos empresários. Santos (2008a, p. 88) expõe como o capital coopta a criação social em seu proveito na solidificação dos sistemas de engenharia, especialmente na irrigação:

Dentro da natureza modificada pelo homem, os níveis de organização são tão diversos quanto o são os níveis de humanização da natureza. Os sistemas de engenharia evoluem com a história. De modo geral, podemos dizer que passamos primeiro de um uso maior do trabalho a um uso maior do capital, sempre. [...] É por isso que a palavra e o ato da irrigação têm, através do tempo, significados diferentes de um ponto de vista não apenas técnico mas econômico, social, político e cultural; e, paralelamente, a evolução dos sistemas de engenharia transcende a natureza, que se vai tornando mais e mais artificial. Essa conquista não é homogênea, certas áreas sendo mais carregadas dessas verdadeiras próteses do que outras.

Esses fixos gerados pelas infraestruturas públicas, para atender aos interesses do empresariado da fruticultura, reorganizando o território e modificando a vida de inúmeras pessoas, portanto, repleto de contradições, conflitos e desigualdades sociais, retratam a luta travada entre o “novo” modelo de irrigação externo que tenta impor-se, por meio das práticas agrícolas geradas e geridas pelo agronegócio e apoiadas pelo Estado, nas comunidades locais.

De acordo com Harvey (2009, p. 39), essas crises de destruição criadora são caracterizadas

[...] pelo “absurdo” do excesso de produção em meio a inúmeras necessidades sociais urgentes mas não atendidas, de fome em meio à abundância, de desigualdades em rápido crescimento e da periódica destruição das forças produtivas antes criadas com que a burguesia buscou criar um mundo à sua própria imagem e semelhança.

É dessa forma, que o território cearense vem sendo reestruturado, por meio do planejamento e das políticas públicas, seguindo a tendência mundial preponderante de expansão de mercado e produção em massa, alicerçado por sistemas técnico-científicos, objetos resultantes da “criação destrutiva”, apontada por Harvey (2009), na frenética busca pela lucratividade que o espaço geográfico possa continuamente oferecer.

3. Considerações finais

Para o entendimento da atual formação do espaço geográfico cearense, tornou-se primordial utilizar, como metodologia, as Reestruturações Socioespaciais ou transformações do território, em

cada período norteado por nova modernização. Para sua aplicação, necessário discernir faixas temporais caracterizadas por agentes sociais envolvidos, os meios e os modos de produção, as relações estabelecidas no trabalho, preponderantes, além das inovações nos transportes e nas atividades econômicas, ou seja, tudo que possua força para reconfigurar a organização do espaço humano. Isso se funda no princípio, exposto por Marx e Engels (2007, p. 30), em “*A Ideologia Alemã*”, de que “a realidade, o mundo sensível, que nos rodeia é produto histórico, isto é, resultado da atividade de toda uma série de gerações”.

Aplicado ao espaço aqui referido, pode-se entender que a atual realidade resulta das atividades sociais de cada período considerado, com seus respectivos sistemas técnicos.

No Ceará, a fase áurea das charqueadas é característica da ocupação, da importância dos vaqueiros e da violência contra os indígenas. Com o algodão, o trabalho assalariado, os primeiros núcleos urbanos, o transporte ferroviário e as dinâmicas comerciais correspondem às expressões socioespaciais, desse momento. As primeiras unidades industriais revelam a significativa contribuição das intervenções e planejamentos do Estado, em prol de um desenvolvimento estruturado no crescimento econômico. O momento atual, das prioridades governamentais às atividades do turismo, de implantação de plantas industriais consideradas modernas e dos perímetros irrigados para propulsar o agronegócio nos principais vales úmidos, reafirmam a ligação entre as políticas públicas e as iniciativas privadas, acirrando a desigualdade entre as classes sociais. Isso se faz sobre uma base social e uma estrutura espacial herdadas de gerações anteriores.

Aportando-se ao que é típico na Reestruturação Socioespacial, para melhor compreender as ações nos vales fluviais do Acaraú e Jaguaribe, busca-se compreender o substrato da sociedade local e de seu território vivido. Nesses subespaços é encontrada a formação de uma sociedade aristocrática, com fontes de riqueza advindas do meio rural, arraigamento de famílias tradicionais com domínio econômico e político secular e amplas ligações aos interesses exógenos.

As questões do uso da terra pulsam fortes entre os inúmeros problemas sociais, no campo e nas cidades. A grande massa das populações indígenas e de agricultores, que sobreviveram dos massacres dos dominadores apoiados pelo Império Português, lutam pela sobrevivência no sistema de produção familiar camponesa, trabalhando em terras que não mais lhes pertencem ou, ainda, saindo em constante processo migratório, sempre em clima de tensão.

Posteriormente, após a década de 1980, surgem os perímetros irrigados, enquadrados nas ordens neoliberais. A iniciativa privada associar-se-ia aos interesses estatais que exerciam papel de mediador econômico e social, interessado no crescimento econômico, controlando as tensões sociais com o discurso ideológico da “geração de emprego e renda” e desenvolvimento trazidos pelo agronegócio. Isso não faltou na concepção dos atuais perímetros irrigados do Ceará.

As reconstruções no espaço geográfico do Ceará, dessa forma, vão seguindo declínios e apogeu entrelaçados às dinâmicas globais, como partícipes do modo de produção capitalista que vai se forjando nos territórios. Tomando como base alguns estudiosos, à exemplo de Mandel (1985), pode-se entender que esse processo se deu tardiamente, tendo em vista que, enquanto no Ceará do século XIX despontavam as primeiras iniciativas industriais, ainda associadas fortemente à pecuária sertaneja, quando na Europa já se deslindava a Revolução Industrial, com todo vigor. Esse cenário não desvincula o Ceará das relações capitalistas historicamente estabelecidas.

Portanto, o conceito de reestruturação e formação socioespacial propicia o olhar analítico acerca da atual conjectura do estado do Ceará, pelas alterações sobrepujadas no espaço geográfico, interligado à totalidade. As crises e possíveis conflitos posteriores nascem dos embates entre o “novo” que tenta desajustar o “velho”, o “moderno” impondo-se sobre o “tradicional”, o “privado” misturando-se ao “público”. Entretanto, o que é ser moderno, diante do que as reestruturações nos apontam? O que representa esses conceitos, nessa frenética produtividade e consumo? Assim, o que se intenta como busca geográfica constante é de entender por que o espaço é reestruturado e, sobretudo, para quem servem essas reestruturações, assumindo a periodização como recurso analítico imprescindível no entendimento da (re)produção do espaço geográfico e de todas as suas dinâmicas envolvidas.

Referências bibliográficas

- ABREU, João Capistrano. **Capítulo da história colonial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In.: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.p.121-129.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- ARAÚJO, Nicodemos. **Município de Acaraú** - notas para sua história. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1971.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1992.
- BRASIL, Ministério do Interior: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1970 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências**. Fortaleza: Departamento de imprensa nacional, 1979.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos** - planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito chave na geografia**. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- DINIZ, Aldiva Sales. A Construção dos Perímetros Irrigados e a Criação de Novas Territorialidades no Sertão. In.: ELIAS, Denise.; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Orgs.) **Modernização excludente**. Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

- _____. **Território controlado-território recriado:** os laços e rupturas das relações Estado e irrigante. Recife: Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 1997. 150 p. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In.: ELIAS, Denise.; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Orgs.) **Modernização excludente.** Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.p.11-36.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução: Ciro Mioranza. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. 2ª ed. São Paulo: Escala, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1961.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza, v. CX, 1996. p.p. 71 – 92.
- _____. Da Conquista à Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande. In.: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará.** 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.p. 25 – 44.
- _____. **História econômica do Ceará.** Coleção Alagadiço Novo. 2ª ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 2000.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança.** Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. **A produção capitalista do espaço.** Tradução: Carlos Szlak. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política.** Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- _____. **La production de l'espace.** 3ª ed. Paris: Editions Anthropos, 1986.
- LEITE, Maria Amélia. O cearense é um povo caboclo? In.: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma:** um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002. p.p. 29-35
- LIMA, Luiz Cruz. **Políticas públicas de (des)envolvimento do Nordeste:** uma leitura crítica da geografia. In: X ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEÓGRAFOS, 2009. Campina Grande. Anais... ISBN: 9788561702144. 1 CD-ROM.
- LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Pára por uma AGB em Movimento.** São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.
- _____. **Reestruturação socioespacial:** do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: Annablume, 2006.
- MAGALHÃES, Jósa. O vaqueiro na história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza, 1970. p. p. 94 – 103.
- MANDEL, Ernest. “Ondas longas” na história do capitalismo. In.: MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova cultural, 1985.p.p. 129-156.
- MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. O Processo de Produção Capitalista. Livro 1, V.1. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, S.A., 1968. (versão digital).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradutor: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste:** ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3ª ed. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, 1995.

- MISSA do vaqueiro marca data. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, Regional, 22 agosto 2009. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=663931>>. Acesso em 22 agosto 2009.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Degradação ambiental e a desertificação no Nordeste brasileiro**: o contexto da Bacia hidrográfica do rio Acaraú – CE. 2006. 370p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680 – 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.
- RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1982.
- SAMPAIO, José Levi Furtado. As águas, a seca e o estado. In.: SILVA, José Borzachiello; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.
- _____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In.: In.: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.p. 81-93.
- SOJA, Edward W. História: geografia: modernidade. In.: SOJA, Edward W. **Geografias pósmodernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p.p. 34-41.
- VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú**. Fortaleza, 2010. 188 págs. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

Recebido em: novembro de 2011.

Aceito para publicação em: janeiro de 2012.